

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Prover produtos e serviços vem interpor recurso contra a empresa vencedora tendo em vista que a mesma desobedeceu os seguintes art editalícios e da lei de licitação bem como IN 8 2013

DOS FATOS:

O edital fala

10.1 - As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet-SIASG, suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

16.2.2 - O descumprimento do subitem acima implicará a INABILITAÇÃO do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

18.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei

1

19.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

19.3 - Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

19.3.1 - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1 Comprovar, através de, no mínimo 1 (um), Atestados de Capacitação Técnica, ter a empresa fornecido o objeto em qualidade compatível à exigida neste Edital.

Esses documentos deverão ser emitidos, em papel timbrado, pelo órgão público ou pela empresa privada que foi atendida.

20.2 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no nos Órgãos competentes, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

20.4 Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional ou Federal.

DO OCORRIDO

A empresa vencedora transgrediu todas as normas editalícias e da lei de licitação que serão expostas a seguir por tópicos

1- Transgrediu o item 18 .4 edital quanto certidão de de divida ativa do municipio

18.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei

Note que a mesma não apresentou a certidão de divida ativa do município , que é dada em separado pelo PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

deve ser esclarecido que certidão municipal (que foi apresentada) alegando que não ha débitos , bem como não ha inscrição em divida ativa , não é valida , pois se faz necessário a apresentação certidão da PROCURADORIA do município , informando se ha ou não ação judicializada

ou seja a referida certidão não foi apresentadas

2 Transgrediu o item 119.2 edital quanto comprovação de boa saude financeira da empresa

19.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

19.3 - Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC = Ativo Circulante Passivo Circulante

19.3.1 - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Note que no balanço apresentado foi informado que a empresa fechou ano com PASSIVO de R\$ 759.660,88 , ou seja passivo como nome diz é perda comprometimento já nos índices declarados de liquidez este numero virou ATIVO CIRCULANTE , ou seja patrimonio atingindo assim numero positivos porem com dados errados ou seja a empresa não tem boa situação financeira como seu balanço mesmo corrobora bem como seus indices estao fora da realidade

3-Transgrediu o item 20.1 edital quanto comprovação de boa saude financeira da empresa

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1 Comprovar, através de, no mínimo 1 (um), Atestados de Capacitação Técnica, ter a empresa fornecido o objeto em qualidade compatível à exigida neste Edital.

Esses documentos deverão ser emitidos, em papel timbrado, pelo órgão público ou pela empresa privada que foi atendida.

20.2 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no nos Órgãos competentes, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

Note que tanto a lei como edital e claro o ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA deve ser relativo ao objeto licitado bem como em quantitativo coerente ao termo de referencia

A lei fala

Acórdão 914/2019: Plenário, relator: Ana Arraes

É obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

Acórdão 1101/2020: Plenário, relator: Vital do Rêgo

"Súmula 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das empresas licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado".

Ou seja prevê a exigência de quantitativo minimo em relação ao objeto licitado e de serviço similar ao objeto licitado

Cabe lembrar que foi licitado :

2.4 serviço administração de Postos Médicos, conforme SEDEC 83 de 5 de janeiro de 2016 com epreço de diversos equipamentos ,pessoal habilitado , insumo medicamento em tendas e emprego de ambulancia perfazendo :

01 Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 1.000 a 4.999 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE (...) 81

02 Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 5.000 a 9.999 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE (...) Diária 27

03 Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 10.000 a 15.000 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE (...) Diária 06

totalizando 104 diarias

Porem a empresa vencedora , apresentou tão somente um atestado de serviço medico e com prazo de execução de PASMEN 4 dias e dado pela PRÓPRIA secretaria que FAZ A LICITAÇÃO fato este não proibido porem MUITO ESTRANHO

Ou seja o atestado apresentado não condiz com serviço solicitado , que é administração de ambulatório (posto medico) , o mesmo TAO SOMENTE se refere a uma parte do serviço ,e não atingiu nem 4% do quantitativo do SERVIÇO LICITADO

Note que a empresa não comprova capacidade de administração de posto medico nem experiencia do mesmo , ou seja não comprova capacidade nem qualificação técnica de gerir equipes e quantitativo pessoal da era de saúde Apenas prova que trabalhou para secretaria licitante APENAS POR 4 DIAS e PASMEN só para ela pois não anexou nenhum outro atestado que comprovasse outro serviço executados

salientamos que em licitação de serviços no mínimo é exigido 1 ano de comprovação na area do serviço licitado. Claro que ha sempre bom senso , mas de um ano para 4 dias e um único atestado apresentado e ainda emitido pela própria secretaria licitante é no minimo CURIOSO, para não falar estranho e patetico

salientamos também que as exigências do atestado (nome de responsável técnico e qualificação) são proibidas pela lei de licitação , mas nos causou estranheza a empresa apresuntar um atestado de 2020 com toda descrição do exigido no edital , mesmo que não seja correta , ou seja a dois anos atrás a empresa conseguiu um único serviço na secretaria licitante , teve um DEJAVU , e um ato PREMONITÓRIO e fez um atestado igual ao solicitado no pregão dois anos depois , como itens e exigência errados , porem seriam usados para INABILITAR propenso vencedores que agisse na forma da lei, ou seja atestado com descrição de serviço tao somente.

3-Transgrediu o item 20.4 edital quanto rt medico

20.4 Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional ou Federal.

Nao apresentou certidao do RT medico , ou sej o registro do seu ART apenas apresentou certidao de um medico no CRM e a certidao da empresa no CRM , exite o ART que não foi apresentado

CONCLUSÃO

A empresa não apresentou :
certidao fazenda municipal
indices financeiros saudaveis

atestado de capacidade tecnica fornecido o objeto em qualidade compatível à exigida neste Edital
ART medico RT

DO PEDIDO

Baseado no art 18.8.3 que a empresa seja desclassificada imediatamente por não cumprir normas editalicas e da lei de licitação e caso não seja os referidos informes serão encaminhados para as autoridades competentes para invetigação do caso

18.8.3- Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto no artigo 81 da Lei Federal nº8.666, de 21de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

NT

P deferimento

Voltar